

RS: ECONOMIA E CONFLITOS POLÍTICOS NA REPÚBLICA VELHA*

*Mesquita Mold***

Os últimos anos têm assistido a uma verdadeira retomada de reflexão acadêmica sobre o passado do Rio Grande do Sul no sentido de recuperar vários aspectos até então “soterrados”, entre eles a arte e a literatura, a cultura, a geografia, a história, a política e a economia, como bem o atestam vários títulos da mesma série em que se inclui o presente trabalho. Porém **RS: economia e conflitos políticos na República Velha** revela uma característica inovadora, qual seja, o esforço de apresentar integralmente aspectos provenientes de três campos de estudo: a história, a política e a economia. Naturalmente, os estudiosos destas três áreas, ao lê-lo, terão oportunidades de aquilatar com maior aprofundamento a seriedade do esforço empreendido.

Contudo a presente resenha — a par de oferecer ao leitor uma visão sucinta da obra — pretende enfocá-la sob outro ângulo — geralmente pouco usual para trabalhos deste teor —, qual seja, realizar uma “leitura” da mesma, filtrada sob o prisma da análise do espaço. Visa-se assim a realçar uma faceta rica que talvez passasse ordinariamente despercebida ao leitor.

Poucos são, entre nós, os trabalhos que buscam incluir a dimensão espacial em suas análises, como se as transformações sociais e econômicas não acontecessem desigualmente em diferentes lugares. Indubitavelmente, elas variam entre áreas geográficas, e uma de suas manifestações mais perceptíveis são os movimentos sociais de expressão regionalista geralmente conflituosos. Em que pese a flagrante evidência de que os efeitos da acumulação capitalista não são uniformes no espaço geográfico, em geral os trabalhos de cunho econômico que se propõem a analisar determinado território pouca importância dão à própria dimensão espacial. As explicações para tal fato podem ser várias. Talvez uma delas esteja no cerne das próprias teorias econômicas. No dizer de Smolka (1983), a imensa maioria delas — tanto as de inspiração neoclássica quanto marxista — abstraem por completo as observações elementares sobre espaço nos fenômenos econômicos, tendo a justificá-las a explicação de

* IONSI CA, Pedro C. Dutra. **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Documenta, 18).

** Geógrafa da Fundação de Economia e Estatística.

que as questões relevantes que absorvem corações e mentes dos economistas já são suficientemente complicadas, com o pressuposto de que tudo se passa na cabeça de um alfinete, para se preocuparem ainda com mais uma variável ou dimensão.

“Esta afirmação admite implicitamente: 1) que na própria definição das ‘questões relevantes’ já se possa prescindir de considerações sobre o espaço geográfico; 2) que se pode (e se deve para efeitos de simplificação) controlar analiticamente os eventuais efeitos acarretados pela inclusão daquela dimensão. Estes efeitos seriam de segunda ordem, e de menor importância relativa, além, é claro, de alterarem a própria natureza dos problemas.” (Smolka, 1983, p. 707).

Tais colocações, ainda segundo Smolka,

“... envolvem atitude acadêmica injustificadamente míope e conservadora, senão equivocada, se se atenta para a história do pensamento econômico, sendo ao mesmo tempo francamente ideológica... a negligência para com o espaço nas preocupações econômicas (dos economistas) deve ser atribuída, antes de tudo, à ingerência da ideologia no desenvolvimento da economia enquanto ciência.

“Em suma, a inclusão ou exclusão do espaço nas preocupações dos economistas não parece fugir à regra geral que pauta a incorporação de temas ‘relevantes’ no seio da economia. Como se sabe, os temas em voga em cada época aparentemente dependem menos da demanda da realidade do que da ideologia predominante na própria comunidade de economistas que definem e sancionam aquilo que é relevante ou importante.” (Smolka, 1983, p. 707-708).

Essa negligência para com o espaço em termos de teoria econômica faz com que muitas vezes isto se reflita nas análises ao nível concreto.

Ainda que o autor de **RS: economia e conflitos políticos na República Velha** não tenha evocado em seu trabalho a intenção específica de “resgatar” o espaço na análise econômica (e talvez esse nem tenha sido um propósito consciente de sua parte), por todas as razões expostas acima, só pode ser saudado como bem-vindo um trabalho que, a par de outros méritos intrínsecos, acolhe o enfoque espacial (regional) como parte integrante e essencial do processo sócio-econômico-político e não como um elemento neutro na análise, ou apenas como uma mera manifestação reflexa decorrente do referido processo.

Essa postura, aliada à adoção de uma concepção humanista de história – nas palavras do próprio autor: “onde a ação humana é apenas resultado, por não se admitir sua passividade frente às estruturas econômico-sociais” –, constitui a clareira que o trabalho abre para novos caminhos a serem descobertos e percorridos por futuros pesquisadores dentro da complexa temática espaço e poder.

Em termos de sua organização, o livro **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**¹ apresenta, na introdução, um marco histórico do Rio Grande do

¹ Originalmente, a obra constitui uma dissertação de mestrado premiada com o segundo lugar em concurso nacional promovido pelo BNDE.

Sul desde os seus primórdios até o final do Império. Esse marco fornece os antecedentes para maior compreensão do período sob análise: os primeiros 40 anos republicanos, mais conhecidos como República Velha. O trabalho objetiva relacionar as principais modificações estruturais reorientadoras da economia gaúcha com a política econômica implementada e com os conflitos políticos ocorridos no período em pauta. Para tanto, após situar o Estado no contexto da Primeira República, o autor indaga-se: que peculiaridades ele possuiu que lhe emprestaram uma situação bem particular no período? Por que os partidos imperiais não desapareceram como nos outros estados? Que motivos levaram os antigos liberais, os maragatos, às vezes com ajuda de dissidências do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), a se oporem com tanta combatividade ao governo estadual? E, finalmente, que fatores ajudaram a explicar o conflito entre chimangos e maragatos?

Antes da República, a Campanha era a área econômica mais importante do Rio Grande do Sul, desenvolvendo a pecuária bovina em grandes propriedades que insumiam a produção de charque. Entretanto, já desde meados do século XIX, começou a se instalar um processo de transformação econômica com estagnação relativa desta região se cotejada ao norte do Estado (“Serra” e “Planalto”) que durante a República Velha ratificou sua ascensão econômica através da policultura e da pecuária suína, praticadas por imigrantes em pequenas e médias propriedades. Essa estagnação relativa da Campanha, cuja gênese se nutriu de causas endógenas e exógenas ao Estado e ao País, foi percebida pelos pecuaristas (maragatos), coesos desde o Império em torno do Partido Liberal, como causada pela perda de seu domínio político, até então hegemônico, e pelo favorecimento que o Partido Republicano (chimangos) — adepto da doutrina positivista — ofereceu às regiões da “Serra” e do “Planalto” através da política econômica posta em prática.

A partir desse quadro referencial, aqui sumariamente descrito, o autor projeta sua hipótese central que consiste em

“... ver na divisão regional do Rio Grande do Sul o fundamento dos conflitos entre ‘chimangos’ e ‘maragatos’. Esta divisão regional, ao contrário de esconder as características econômicas, traz à tona divergências de interesses entre as duas facções”. (p. 26).

Enquanto se processava a reorientação da economia gaúcha face ao mercado nacional — de eminentemente especializada na pecuária e baseada na demanda de exportações de um ou dois produtos (charque e couros) para uma economia diversificada, apoiada na policultura e com ênfase no mercado local —, verificou-se a estagnação relativa da Campanha. Porém, como o próprio autor acautela-se em alertar, esse estancamento não deve ser entendido em termos absolutos, pois busca comprovar a hipótese de que o peso proporcional de cada região foi-se alterando durante a República Velha, em detrimento da Campanha. Nos Capítulos 2 e 3, ao analisar os dados sobre a produção de cada região no período e sua contribuição para a pauta de exportações estaduais, o autor colhe evidências em favor dessa hipótese.

Já os Capítulos 4 e 5 são dedicados ao exame das bases tanto econômicas como político-doutrinárias do conflito e à sua percepção, seja por parte dos oposi-

cionistas, seja por parte das administrações republicanas que se sucederam ao longo do período. A política sócio-econômica governista criticada pelos maragatos incentivava a diversificação econômica, acolhendo os interesses da policultura e da pecuária do “Planalto” e da “Serra”; favorecia a imigração; abria estradas preferencialmente no norte do Estado; e advogava a maior autonomia econômica e a autonomia político-administrativa do governo estadual — razão pela qual era taxada de “autonomista”. Ao prevalecer — imposta — essa política sócio-econômica que tinha a seu favor meios de cooptação e coerção, provocou a reação dos maragatos. Estes, ao defenderem os interesses da Campanha, preconizavam uma maior centralização econômica no Governo Federal e não nos estados que, com suas medidas protecionistas, prejudicavam o acesso do charque gaúcho ao mercado consumidor nacional, o que também se refletia sobre a atividade criatória. Ao regime presidencialista contrarrestaram com uma proposta parlamentarista, para desfazer o pacto Minas Gerais-São Paulo que se sucedia na Presidência da República, favorecendo os interesses econômicos desses estados. Propugnaram a especialização do Rio Grande do Sul como produtor de charque, dadas as vantagens comparativas já existentes, a exemplo de São Paulo com o café.

A reação maragata a esse contexto chegou mesmo a conflitos sangrentos em 1893 e 1923. O governo estadual buscou então o respaldo que a Campanha lhe recusou, cooptando os pequenos e médios proprietários da “Serra” e do “Planalto” — na maioria imigrantes e seus descendentes — através da oferta de infra-estrutura e assegurando a fidelidade partidária através de “coronéis burocratas” municipais de sua confiança amparados, quando necessário, por uma Brigada Militar fortalecida.

Porém é interessante ressaltar que nenhuma das duas facções tinha condições de perceber a imobilidade do capital da pecuária e a do charque face ao capital cafeicultor que, sob o protecionismo federal, via crise, se move em outras direções capazes de melhor remunerá-lo. Também não conseguiram aperceber-se de que, à medida que as décadas se sucediam nesses primeiros anos da República, mais e mais ia-se delineando com maior nitidez a divisão regional do trabalho, capturando paulatinamente as “ilhas regionais” através da “integração” ao centro nacional.

Mas, ainda que maragatos e chimangos advogassem dois planos econômicos diferentes para o Rio Grande do Sul, suas divergências não eram determinante e unicamente econômicas. Fonseca deixa isso claro nos capítulos finais, sobretudo naquele dedicado a uma síntese conclusiva do trabalho, onde se percebe que ambas as facções políticas possuíam ideologias distintas: a primeira propugnando a doutrina liberal e a segunda o positivismo. Contudo não há, em qualquer delas, uma identidade absoluta entre poder econômico, poder político e espaço geográfico. Quanto ao Estado, segundo o autor, durante a República Velha, este possuiu uma lógica própria incapaz de ser reduzida, linearmente, à dominação de uma classe social ou fração dela. Ele cooptou colonos e “setores médios urbanos” sem autonomia própria e que dele dependiam em troca do apoio que lhe emprestou a região norte do Estado.

Aliás, é digna de nota a interessante reflexão que o autor desenvolve, valendo-se de pontos de vista divergentes de outros autores, ao comentar a bibliografia existente a esse respeito. Lamenta-se apenas que não estivesse nos objetivos do trabalho encetar uma discussão semelhante quanto ao estabelecimento de uma divisão regional. Talvez a ausência, na bibliografia consultada, da contribuição da Geografia seja um dos fatores explicativos para essa lacuna.²

O encarar o espaço como o "locus" da organização da sociedade certamente encontraria apoio teórico nos novos conceitos emergentes acerca de espaço e sociedade, o que poderia contribuir para o seu embasamento. Não se quer com isso subestimar o esforço do autor a esse respeito; ao contrário, dadas a pertinência e a relevância do enfoque escolhido, sente-se a necessidade de um tratamento menos esquemático do tema, incluindo também, na questão do método, algo sobre o desenvolvimento teórico do mesmo e de sua aplicabilidade à realidade intra-regional.

A questão do método e a utilização das categorias dos tipos "ideais" à semelhança de Max Weber, tentando seu cotejo com a realidade, foi, sem dúvida, um recurso original, sobretudo pela seriedade da postura de Fonseca, facilmente comprovável nas **considerações teóricas sobre o método**. Entretanto, mesmo que esse represente um ponto altamente positivo do trabalho enquanto diretriz geral de organização do pensamento, o "modus operandi" que conduziu à utilização dos tipos "ideais" à semelhança de Weber para a divisão regional fica um pouco obscuro, como descrito na página 27 (nota de rodapé nº 37). Quer-nos parecer que Fonseca partiu de uma constatação empírica das regiões então supostamente existentes que passam a ser descritas uma a uma, sem entretanto verificar-se um cotejo entre tipos "ideais" de regiões e a realidade regional.

Além dessa questão referente à aplicação do método à divisão regional no que respeita a ela em si mesma, há um aspecto nas denominações adotadas que merece reparo. Ao referir-se ao norte do Estado, o autor subdivide-o em duas zonas — a "Serra" e o "Planalto" —, embora não chegue a justificar esta subdivisão. Talvez tenha julgado que a descrição de ambas fosse suficiente para distinguir uma da outra. Porém esse não é um problema de tão fácil solução. A dificuldade do estabelecimento das fronteiras, dos limites, sobretudo nas áreas de transição de conjuntos homogêneos, não é facilmente contornável, como podem bem atestar todos os pesquisadores que com ela se depararam. Ainda que o problema possa passar despercebido ao leitor não familiarizado com a visão espacial, não custa buscar uma utilização mais precisa e correta dos termos que o senso comum consagra. É preciso lembrar que **serra** é uma expressão de uso corrente no Brasil (e não técnica, do ponto de vista geográfico, para constituir uma região), utilizada para indicar a parte erodida de um planalto (no nosso caso, do Planalto Meridional ou Planalto Basáltico). Ao se atentar para a estrutura geológica ou geomorfológica

² Afóra a notável obra do eminente geógrafo francês Jean Roche — **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul** —, de que o autor se valeu, há, entre outros omitidos, o trabalho já classificado de Nilo Bernardes — **Bases para o povoamento do Rio Grande do Sul**.

ca — obviamente o critério mais estável sob o ponto de vista temporal — ou mesmo da ocupação humana, toda a região ao norte da Depressão Central integra um mesmo conjunto regional. Naturalmente que com esse reparo não se pretende ignorar ou negar as diferenciações internas — importantes — no que tange ao uso da terra, à estrutura fundiária, às épocas de povoamento e às atividades econômicas que nele se instalou e que podem conduzir à necessidade de uma subdivisão regional. Como já foi antes mencionado, reitera-se aqui que essas observações têm só o intuito de um alerta para outras questões subjacentes ao tema central, sem que com isso se subestime o esforço perpetrado nessa direção.

Não resta dúvida também que o tema espaço e poder abordado pelo autor se constitui em um campo fértil, embora quase virgem em nosso meio, e, como todo tema pioneiro, repleto de dificuldades para o pesquisador. Por conseguinte, só podem ser bem-vindas as contribuições que, como esta, buscam estabelecer uma ponte entre temas tão complexos.

Ainda que a obra não se proponha a uma tessitura factual ou interpretativa da mesma natureza daquelas encontradas na historiografia corrente e muito menos nela se encontre um aprofundamento do aspecto espacial (e nem parecem ter sido estes os propósitos do autor), não resta dúvida de que o livro representa uma contribuição definida e crítica sobre a gênese da questão regional.

Finalmente, dentre as ilações possíveis a partir de **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**, uma delas é a de que a política econômica, no passado e cada vez mais hoje, se não estiver apoiada no conhecimento da estrutura de competição capitalista e de suas transformações históricas, pode escamotear a seus formuladores a explicitação dos meios que conduzem à concorrência desigual e aos desequilíbrios regionais presentes em uma formação social.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Documenta, 18).
- 2 — SMOLKA, Martin O. O espaço do espaço na teoria econômica. **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, IPEA, 5(6):707-08, nov./dez.1983.